

Recuperação territorial no território indígena de Salitre- Costa Rica: matrilinealidade e luta pela terra¹

Louise Caroline Gomes Branco, UFRN, Rio Grande do Norte.

RESUMO

O presente trabalho é resultado da dissertação de mestrado: " Mujeres indígenas como recuperadoras del Territorio en Salitre- Costa Rica" apresentado na Universidade da Costa Rica (UCR) e que documentou e analisou a participação das mulheres bribris nos processos de recuperação territorial que começaram em 2010 até 2019, no território indígena de Salitre, localizado em Buenos Aires, província de Puntarenas, Zona Sul da Costa Rica. Desta maneira, apresento a sistematização da luta do povo bribri de Salitre que têm sido os protagonistas dessa luta na Costa Rica. Além disso, busco contribuir e visibilizar a participação das mulheres nesses processos de luta pela terra, já que elas aparecem como defensoras centrais dos direitos territoriais e indígenas. A metodologia adotada foi: (1) revisão bibliográfica sobre os aspectos sociais, econômicos e históricos do pacífico Sul e especificamente de Buenos Aires, com a finalidade de evidenciar o abandono histórico da região por parte do Estado, assim como identificar algumas expressões de racismo contra os povos originários exercidas pela população não indígena que mora nesta área; (2) trabalho de campo de 2016-2018, partindo da observação participante e também a realização de uma oficina sobre cartografia social - "*cartografando el territorio cuerpo, territorio tierra*". Como resultados, apresento a discussão sobre como a matrilinearidade além de ser um fator diacrítico dos bribris de Salitre, também se converte em um fator determinante nos caminhos políticos da disputa de terras, e os resultados da oficina sobre cartografia do *territorio-cuerpo-tierra* (CABNAL, 2010). Ressaltamos que as recuperações em Salitre e em outros territórios indígenas da Costa Rica não acabaram, a luta continua e é uma experiência latino-americana que dialoga muito com a realidade de outros grupos étnicos no Brasil e que pretendo relacionar também nesse artigo.

Palavras – chave: Recuperação territorial, mulheres indígenas, Costa Rica.

Introdução

Este trabalho é resultado da minha dissertação de mestrado em antropologia na Universidade da Costa Rica e apresento aqui de forma resumida três tópicos para discutir sobre o protagonismo das mulheres bribris de Salitre na luta pela terra na Costa Rica. O primeiro tópico retrata o contexto social e econômico de formação da Zona Sul, do Cantão de Buenos Aires e como o Estado vem tratado o conflito de terras em territórios indígenas

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

na Costa Rica, especificamente o caso de Salitre, com total descaso desde o período colonial até os dias atuais.

No segundo tópico abordo sobre como as mulheres são protagonistas dentro das recuperações territoriais e como elas se constroem como aquelas que estão desde dentro resistindo e sendo as protetoras dos territórios e aquelas que são transmissoras da identidade, da cultura e do próprio direito as terras. O terceiro tópico falo sobre como a matrilinearidade passa a ser não apenas um critério para designar o pertencimento étnico-cultural dos bribris em Salitre, mas também é uma afirmação política que coloca diretamente nas mãos das mulheres o poder de definir quem é bribri e quem por consequência tem direito à terra.

O último tópico apresento a oficina exploratória que desenvolvi em conjunto com a Organização de Mulheres Sâ Alokölpá Iriria Ditsöwö, onde tivemos a oportunidade de compartilhar entre nós, eu como mulher negra estrangeira fui bem recebida e de certa forma, construí uma abertura afetiva com as mulheres indígenas recuperadoras que participaram da oficina, e pude entender o sentido da frase de Lorena Cabnal (2010): “*Sanando Tú, Sano Yo*”. A oficina foi um momento de visualizar sobre os sentimentos e emoções positivas e negativas com o intuito de defender primeiramente o corpo, entendendo-o como o primeiro território a ser defendido.

Contexto sociohistórico do conflito em Salitre

O contexto de luta pela terra ou recuperação territorial na América Central tem crescido nos últimos anos, aqui focarei na etnografia feita sobre a participação das mulheres indígenas bribris do território indígena bribri de Salitre, localizado na província de Puntarenas, em Buenos Aires, na zona sul da Costa Rica. Buenos Aires, é o cantão com maior presença indígena no país, lá se encontram sete de um total de 24 territórios indígenas, os quais são: Salitre, Cabagra (ambos da etnia bribri), Ujarrás, China Kichá (etnia cabécares), Boruca, Rey Curré (etnia borucas) e Térraba (etnia brorän). Todos os territórios somam um total de 8.976 pessoas que se auto identificaram como indígenas durante o censo de 2011 (INEC, 2011).

Historicamente a região do Pacífico Sul onde está o cantão de Buenos Aires foi afetada pelo processo migratório de populações indígenas provenientes da Cordilheira de Talamanca. Tais processos migratórios eram considerados estacionais, e em alguns casos

acabaram convertendo-se em zonas de povoamento permanente. Em meados do século XIX indígenas caribenhos começaram a migrar e fundaram povoados nas terras altas da vertente pacífica. De acordo com a historiadora Alejandra Boza (2005) as primeiras três famílias que chegaram ao Pacífico foram bribris que se assentaram em Cabraga em 1845, depois chegaram os primeiros cabécares que se instalaram em Ujarrás. Depois outros assentados indígenas de forma dispersa migraram para as terras altas do Pacífico Sul e formaram Salitre e China Kichá (BOZA, 2005).

Os motivos da migração eram considerados duvidosos em termos historiográficos, havia diferentes razões para isso, algumas eram consideradas questões básicas de sobrevivência para evitar a transmissão de doença os indígenas buscavam refúgios e se protegiam também dos ataques dos colonizadores, fugia das guerras e além disso, migravam para ir em busca de alimentos. De todo modo, havia um forte intercâmbio seja a nível comercial como a nível cultural em indígenas de distintas origens e grupos não indígenas que foram se aproximando dos territórios durante a segunda metade do século XIX (SOLÓRZANO,2013). Vale ressaltar que nesse período histórico os territórios indígenas não estavam delimitados de forma fixa pelo Estado Costarriquenho, apenas eles seguiam uma lógica particular onde diferentes territorialidades se expressavam nos intercâmbios econômicos e culturais. Assim, os indígenas podiam manter uma dinâmica própria entre si e com os grupos não indígenas recém-chegados à região. (ALVARADO, 2017).

As terras indígenas do Pacífico Sul eram qualificadas pelo Estado como improdutivas já que esta região era vista como zonas periféricas, logo, eram terras desejadas para o chamado processo expansionista e desenvolvimentista, no discurso oficial do Estado eram ditas como áreas que deveriam ser ocupadas pelo progresso do país. A lei de terrenos Baldios de 1939, legitima a usurpação dos territórios indígenas costarriquenhos (GUEVARA & CHACÓN, 1992). Somado a isso, os processos de expropriação e usurpação dos territórios indígenas foram acentuados no começo do século XX com a chegada da United Fruit Company, companhia bananeira e a abertura da Estrada Interamericana, assim as tensões e disputas dentro dos territórios indígenas foram aumentando gradualmente. Tais invasões construía cada vez mais o imaginário dos territórios indígenas como espaço de fronteiras, terras improdutivas, baldias e desertas, por tanto, o melhor destino para a sociedade mestiça se desenvolver economicamente com atividades ligadas sobretudo a pecuária (BOZZOLI, 2016).

A representação construída discursivamente de uma fronteira agrícola somada a ausência de respaldo legal que demarcassem as terras indígenas, levou a uma perda considerável das terras indígenas, configurando assim décadas de violações sistemáticas sobre os direitos territoriais dos povos indígenas no país. Apenas em 1956 que os territórios do Pacífico Sul foram oficialmente delimitados pelo Estado, entretanto, não havia uma política clara e efetiva que controlasse ou impedisse a presença de não indígenas nos territórios, o que foi aumentando as tensões e disputas por terras.

Outra problemática que envolve as disputas territoriais se relacionam com as formas de governabilidade territorial. A CONAI (Comisión Nacional de Assuntos Indígenas) determinou que os povos indígenas devem ser representados exclusivamente pelas ADIs (*Asociación de Desarrollo Integral*), tal determinação fere a autonomia indígena no que se refere as suas formas tradicionais de organização social, cultural e política prevista em acordos internacionais como a Convenção 169 da OIT. As ADIs são vistas como um agente do Estado no interior das comunidades indígenas que controlam e servem aos interesses dos não-indígenas, os quais ilegalmente permanecem com propriedade no interior dos territórios.

A disputa e a tensão sobre a questão das terras não acontecem de forma polarizada e restrita apenas entre indígenas e não indígenas. Os tecidos sociais no território de Salitre são marcados por relações de subordinação e apadrinhamentos que tornam o cenário ainda mais complexo. Algumas famílias indígenas se relacionam os *sikuas* (gente branca) seja por vínculos de trabalhos temporários, os chamados *Jornaleros*, que trabalham por jornada, ou sejam por relações de apadrinhamento. Em entrevista era constante aparecer o sentimento de gratidão por receber às vezes carne de boi ou outros presentes e por isso algumas famílias mantem um certo respeito e até mesmo proteção para os *sikuas*. Assim, nem todos os indígenas se posicionam a favor da retirada total de não indígenas no território em Salitre.

Dessa maneira, entendo que existe também um processo de disputa interna para definir quem deve sair ou quem deve representar os interesses da comunidade e quem deve exercer a governabilidade no território. Em outras palavras a organização comunitária responde a um contexto complicado onde o tecido social se encontra fragmentado e provoca tensões e conflitos de forma geral no território indígena. E é a partir desse cenário que um grupo de mulheres e homens se levantaram em 2010 para iniciar os processos de retomada de terras, chamados de recuperação territorial.

Recuperações territoriais: As mulheres como protagonistas

As terras em Salitre em 1987 estavam 46% em mãos de sikuas (gente branca), em 2000 passou para 40% e em 2016, depois das recuperações, caiu para 29% (IDA, 1987; GUEVARA, 2000; ZÚÑIGA et al, 2018). As recuperações são uma resposta autônoma e imediata diante da usurpação de territórios e da falta de ação política por parte do Estado de Costa Rica. As recuperações são ações diretas que foram executadas por um grupo organizado de indígenas bribris e que já estava sendo planejada, mas ocorreu logo após ao episódio de violência contra líderes indígenas que se chamou “La arrastrada”, no dia 10 de agosto na Assembleia Legislativa homens e mulheres líderes do movimento indígena a nível nacional estava exigindo ao governo e ao poder legislativo que o Projeto de Lei de Desenvolvimento Autônomo dos Povos Indígenas (PLDAPI) entrasse para votação, tal projeto já leva quase 20 anos parado no Poder Legislativo por falta de vontade política. De acordo com uma das mulheres entrevistadas o governo não sentou para negociação:

Chegamos e não nos atenderam, poucos [deputados] vieram falar com a gente e saíram rápido. Então nosso grupo disse que senão nos davam uma resposta logo positiva que não íamos sair da Assembleia e lá a gente ficou. Mais ou menos às 10 horas da noite já havia rumores que iam nos expulsar da Assembleia, então às 2 da manhã, eles [deputados] se organizaram com os policiais e não tiram do lugar, nos tiraram de lá nos empurraram com força, então aí eu disse: não, aqui em São José, não temos nada que brigar, o que nós temos são nossas terras, em nosso lugar, em nossos territórios. Nós vamos continuar lutando em nossos territórios, então voltamos e essa fazenda que está aqui embaixo, essa foi a primeira que tomamos. (Tradução própria, Renata², comunidade Puente, 14 de setembro de 2017)

Dizer: “não tem nada aqui nosso” compõe o discurso das mulheres recuperadoras de Salitre, pois reafirma os direitos territoriais e a identidade cultural a partir de suas terras

² Os nomes das mulheres que participaram da pesquisa aparecem de forma fictícia, tomei essa decisão já que elas foram expostas em diferentes momentos a situações de violência e preservar sua identidade e seus posicionamentos políticos em alguns casos é também evitar que se agravem ainda mais as ameaças. Algumas delas já expuseram seus nomes em reportagens de jornais, conferências de imprensa ou até mesmo outros trabalhos acadêmicos, entretanto no contexto final de produção da dissertação, em 18 de março de 2019 assassinaram a Sergio Rojas, um dos principais líderes do movimento e o clima era de medo de maior represaria, por isso, juntas decidimos não expor seus nomes verdadeiros. Ressalto que em momento algum esse trabalho seja resultado ou mérito apenas meu, mas é o reflexo do sentir-pensar e da construção coletiva com as mulheres indígenas recuperadoras que participaram da pesquisa.

e de suas formas de territorialidade. O sentimento de ser alheio, de não pertencer a São José, capital da Costa Rica, somado ao entendimento de que os processos burocráticos do Estado não atendem as demandas territoriais dos povos indígenas da Costa Rica devido a atuação limitada e insatisfatória dos Poderes Executivo, Legislativo e Judicial, tudo isso culminou na elaboração de uma nova estratégia política por parte dos líderes indígenas.

Salitre é um território composto por 16 comunidades com população total de 1.285 pessoas e possui uma extensão territorial de 11.700 hectares. Apresento aqui as recuperações realizadas nas comunidades de Cebror, Puente e Rio Azul. Estas se iniciaram na comunidade de Cebror através de uma família composta por 7 mulheres que se tornaram referências do movimento. As mulheres sempre se acompanhavam nas recuperações de fazendas e na construção das tendas (*ranchos*) e também tornaram lideranças na retomada de outros terrenos, em Cebror, a terra está dividida em lotes relativamente pequenos de terra. Desde 2010 até 2015, 15 terrenos foram recuperados por mulheres na comunidade de Cebror. A comunidade de Puente possui outra dinâmica territorial, os terrenos têm uma extensão maior visto que eram fazendas destinadas à criação de gado. Tiveram duas retomadas lideradas por mulheres, uma foi protagonizada por Renata, em 2012 e estava acompanhada por dez pessoas adultas entre homens e mulheres mais suas crianças.

Os bribris fala que *Sibö*, deus da criação, trabalhou para criar as casas dos homens, esse trabalho de *Sibö* é um trabalho coletivo e é reproduzido pelos bribris por meio das juntas/ chichadas. As juntas são jornadas de trabalho coletivas onde ao final do dia todos se reúnem para compartilhar, conversar, descansar e beber chicha (bebida alcoólica fermentada feito do milho). Logo o trabalho segue o padrão das chichadas e são elas que regulam as relações de troca e produção entre os bribris (GUEVARA, 1988).

As famílias se juntam para trabalhar durante todo o dia, capinar o terreno, buscar a madeira na mata para fazer a estrutura e utilizam lona plástica para um teto improvisado, as mulheres participam de tudo, do trabalho braçal assim como do trabalho na cozinha preparando o alimento para todos os presentes. No final do dia compartilham a *chicha* (bebida fermentada de milho). Esse dia, realizou o trabalho e no dia seguinte todos os presentes foram surpreendidos pelos *matones* (capangas) *dos sikuas* (gente branca) que trouxeram policiais para expulsar as famílias recuperadoras. As famílias resistiram a pressão dos policiais e acabaram mantendo a recuperação por mais de um mês, a qual se consolidou como a primeira recuperação da comunidade de Puente.

Em Rio Azul, um total de sete mulheres lideraram as recuperações: “ a maioria dos que estamos recuperando somos mulheres” (Ana Maria, 21 de janeiro de 2017). A participação das mulheres se deu em diferentes momentos, no início: na construção dos *ranchos* e na preparação de alimentos, mas também nos momentos se utilizar de ferramentas do Estado para fazer denúncias nos organismos judiciais (*Organismo de Investigación Judicial- OIJ*) acerca das violências sofridas em meio ao conflito de terras. Aprender a lidar com os papéis, com a burocracia estatal para tentar garantir seus direitos e sua integridade física e de seus familiares também exigiu um tipo de traquejo das mulheres indígenas. Elas iam até a cidade de Buenos Aires e até mesmo em alguns casos até São José, na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) ou outros órgãos competentes, acompanhadas e apoiadas pelos advogados e indigenistas do *Servicio Paz y Justicia en América Latina* (SERPAJ-AL). O SERPAJ é uma organização não governamental que se dedica a defesa dos direitos humanos e na luta de Salitre tem auxiliado a homens e mulheres, assessorando-os em práticas burocráticas exigidas pelo Estado.

Várias mulheres recuperadoras foram e continuam sendo constantemente ameaçadas psicologicamente e até mesmo sofreram agressões físicas durante os conflitos com os *sikuas*. Sobre as denúncias, Eduarda da comunidade de Puente, expressa que não há seriedade por parte dos órgãos judiciais na hora de receber e registrar as denúncias, não havendo imparcialidade e, portanto, descumprem os protocolos previstos de justiça. Além disso, Eduarda questiona como o direito defende a propriedade privada acima de tudo e dar um exemplo, se alguém invade a casa de outra pessoa na cidade é considerada um ladrão ou invasor, enquanto que nos territórios indígenas não tem a mesma interpretação jurídica sobre a presença de *sikuas* que ocuparam ilegalmente terras em Salitre. O posicionamento das mulheres dentro (ação direta) e fora do território (participação em conferências e denúncias judiciais) caracterizam o que denomino de protagonismo das mulheres indígenas nas recuperações territoriais.

Muitas vezes entende-se que o protagonismo em diferentes níveis, um deles é a participação política nos espaços públicos e de poder, quando as mulheres ocupam cargos públicos seja na política, nos espaços acadêmicos ou de outras instituições estatais. De acordo com Lizeth Pérez, nas últimas três décadas o fortalecimento e a promoção de lideranças de mulheres indígenas têm crescido tanto dentro dos governos, organizações da sociedade civil e no movimento indígena. Elas estão lutando para incorporam suas

agendas nesses espaços e cada vez estão recebendo reconhecimento por ocuparem diferentes âmbitos da sociedade (PÉREZ, 2018).

Além disso, outra autora, Irma Aguirre (2003) aborda sobre as diferentes formas de participação política e de construção de lideranças entre os povos indígenas. A primeira, a autora nomeia de tradicional e se refere aos ofícios ou fazeres (parteiras, costureiras, bordadeiras, erveiras, curandeiras, etc.) que estão se politizando e desta forma, reivindicam o reconhecimento de suas contribuições dentro de suas comunidades. A segunda forma de participação política são as organizações não tradicionais onde as mulheres estão se articulando para alcançar objetivos concretos, como por exemplo, melhores condições socioeconômicas, melhores serviços comunitários, gestão dos recursos naturais e dos territórios (AGUIRRE, 2003).

As duas formas de participação política se relacionam com a concepção de protagonismo vinculado a esfera pública, entretanto, entendo que no processo de recuperação territorial aparece um outro tipo de protagonismo, o da ação política dentro do espaço/território das comunidades, no seu interior. Vinculado não somente a gestão, autonomia e processos de territorialização, mas também e que exerce influência na tomada de decisões políticas-culturais de todo um povo. As mulheres indígenas de Salitre que têm participado das recuperações afirmam que a iniciativa e a decisão de empreender esta ação direta de retomada das terras foram delas.

Por outro lado, não se pode ignorar a presença dos homens e como recuperar também é uma construção entre pares políticos, tanto homens como mulheres estão trabalhando coletivamente para construir a autonomia desde o território: “*desde abajo*”, buscando assim a transformação social e a liberdade para reformular novas territorialidades e modos de viver. Neste sentido, o protagonismo das mulheres não significa antagonismo aos homens, e sim que o processo de liderança feminina também é apoiado por homens que constrói lado a lado com elas as ações coletivas com a finalidade de defesa territorial. Tais ações passam por reuniões com as famílias para organizar as recuperações, reuniões para tomadas de decisões, construção de tendas (*ranchos*), preparação de alimentos coletivos, cuidado com as crianças que participam das recuperações, entre outras.

Em resumo, entendo protagonismo político como aquele que abarca tanto a atuação política formal e institucionalizada nos espaços de disputa de poder como a atuação interna das mulheres nas dinâmicas e relações intracomunitárias. Outro fator que destaque é como as mulheres indígenas recuperadoras entendem a participação dos homens

indígenas. Diferente da perspectiva feminista hegemônica e ocidental, as mulheres indígenas não projetam uma separação entre elas e os homens da comunidade, ao contrário, elas constroem suas exigências de forma conjunta com eles. Conformam assim um sistema político indígena baseado na relação de paridade entre gêneros para conformar assim uma relativa unidade comunitária e territorial (SANTANA, 2015).

Para as mulheres que participaram das entrevistas que realizei, entendem a luta pela terra e território como uma luta coletiva de homens, mulheres, jovens, crianças e idosos e que resultará no bem-estar de todo o povo bribri de Salitre. Por isso, não posso entender as recuperações territoriais e a participação política das mulheres sob uma perspectiva ocidental que divide o mundo entre masculino e feminino, e que muitas vezes, são vistos como antagônicos. Em outras palavras: “ seus direitos como mulheres não podem definir-se por fora dos direitos coletivos de seu povo” (GÓMEZ, 2017, p.2).

Por outro lado, não significa que as mulheres não passem por diferentes tipos de opressão em decorrência de sua condição social de ser mulher, de ser indígena, de classe social. O sistema de opressões: machismo, racismo e classismo, opera dentro e fora de suas comunidades e as afetam diretamente. E diante disso, elas estão se levantando e organizadas como agentes da transformação para gerar o bem-estar através da aposta na luta territorial.

Nesse sentido, a matrilinearidade surge, não apenas como elemento cultural, mítico que estrutura os processos sociais e de convivência entre os bribris, mas também como um critério importante para determinar os processos de recuperação de terras, como mostrarei a seguir.

A matrilinearidade como critério nas recuperações territoriais

Os direitos territoriais estão diretamente vinculados as discussões de identidade étnica. De acordo com a Lei Indígena nº6172 de 1977 do Estado da Costa Rica, as terras demarcadas como território indígena são para uso exclusivo dos povos indígenas: “ As reservas indígenas são inalienáveis e imprescritíveis, não transferíveis e exclusivas para as comunidades indígenas que as habitam” (LEY INDÍGENA Nº 6172, 1977, artigo 3). Não sendo permitido troca, venda, aluguel ou qualquer outra forma de adquirir terrenos ou fazendas que estejam dentro destas reservas, hoje chamadas de territórios. Nesse caso, é fundamental delimitar e definir quem são as pessoas autoidentificadas e reconhecidas pela comunidade como indígenas, como participantes desse grupo étnico, os bribris.

O povo bribri de Salitre se divide social e culturalmente em dez clãs. O clã é a forma de organização familiar que utilizam os bribris em seu sistema de parentesco, este é definido pela linha materna, ou seja, é matrilinear. Os 10 clãs são: Duriwak (dono das aves); *Uniwak* (dono dos barcos); *Tubölwak* (dono dos tubérculos), *Kölkiwak* (dono das formigas de Embaúba; *Bubölwak* (dono das abelhas); *Suladiwak* (dono do coqueiro); *Tuädiwak* (dono do pássaro bobo); *Yeyëwak* (dono do correto); *Kachauwak* (dono do urucum) e *Diuwak* (dono do sol). É importante que a tradução não pode ser entendida em sentido literal, já que na sociedade ocidental ser “dono” determina posse, mas para os bribris tem mais um sentido de responsabilidade pelo cuidado e de ser guardiões, em um sentido comunitário e não de apropriação (ZUÑIGA, ET AL, 2018).

Como já dito, os clãs são um sistema matrilinear e é por meio deles que se organiza os intercâmbios, as funções, os cargos. São através deles que se realizam as *chichadas*, juntas e/ou empréstimos, ou seja, diferentes formas de movimentar cotidianamente a economia e a organização do trabalho entre os bribris. Além disso, o sistema clânico também valoriza o respeito aos mais velhos, aos xamãs e aos curandeiros. São os mais velhos que determinam quais os clãs podem casar-se entre si e as alianças políticas que podem ser estabelecidas. Junto a isso, as mulheres também exercem um papel de protagonismo no sistema clânico.

Com o aumento do conflito por terra em Salitre iniciaram algumas práticas duvidosas por parte de pessoas não indígenas, a aquisição de documentos falsos que atestassem que era pertencente a uma determinada etnia: bribri ou cabécar, com o objetivo de justificar sua presença no território esses documentos eram elaborados por indígenas que não apoiavam o movimento de recuperadoras/es. Para evitar fraudes sobre a identidade étnica das pessoas envolvidas no conflito, a *Asociación de Desarrollo Integral* (ADI), que nesse momento estava a cargo de Sergio Rojas (líder recuperador), decide que para ser beneficiado e receber a declaração de posse de terra era necessário pertencer a um clã bribri. Portanto, como a cultura bribri é matrilinear, é a mãe quem define o pertencimento familiar e cultural de um indivíduo. Sendo assim, cabe as mulheres outra vez determinar o pertencimento étnico de seu povo e em consequência, os direitos territoriais de cada família, evitando possíveis fraudes.

A participação das mulheres na luta pelo território também é valorizada devido a sua condição de ser aquelas que determinam o pertencimento étnico do grupo através da matrilinearidade clânica. Para Marcia, mulher recuperadora, elas estão tendo mais coragem já que se consideram as raízes dessa terra, aquelas que transmitem a cultural e,

por isso, são as responsáveis por herdar as terras e transmiti-las para as futuras gerações. Em suas palavras: “ somos nós as raízes, somos matrilineares, então é daí de onde vem tudo” (Marcia, comunidade Rio Azul, 2016).

Neste sentido, entendo que a auto identificação étnica não está definida pelas características fenotípicas do grupo, mas pelo reconhecimento do indivíduo por si mesmo e pelo grupo. Sabe-se que existe uma complexidade de elementos identitários a nível cultural e simbólico que faz da etnia um tipo organizacional (POUTIGNAT e STREIFF-FERNAT, 1998). Por isso, considero a matrilinearidade um elemento distintivo estabelecido pelo grupo de recuperadoras e recuperadores diante do cenário de conflito territorial.

Nas relações estabelecidas dentro do sistema de parentesco matrilinear dos bribris, o homem está associado simbolicamente com o que vem de fora, enquanto a mulher, se vincula com aquilo que é próprio, o que vem de dentro, a tradição e a origem (ROJAS, 2009). Isso reforça a ideia do vínculo entre a mulher e defesa da terra, de forma simbólica.

A recuperação baseada na matrilinearidade tem feito que mais mulheres tenham as declarações de posse da terra em Salitre. Antes algumas delas dependiam exclusivamente de seus esposos para ter algum tipo de propriedade. O acesso à terra passou a garantir as mulheres que sofrem violência doméstica uma alternativa para sair de ciclos de dependência financeira em relação ao agressor. Mulheres que antes corriam risco de vida, sofriam física, psicológica e emocionalmente tiveram a oportunidade de ter terra para plantar e reiniciar suas vidas de forma mais autônoma através da agricultura familiar, mantendo assim seu vínculo mais forte com a terra. Não desenvolverei o tema da violência doméstica nesta publicação, mas não poderia deixar de mencionar que é um tema de fundamental importância para compreender que ter terra para as mulheres também é um passo para autonomia e enfrentamento ao machismo.

A defesa do território também é a defesa pela autonomia do corpo da mulher indígena. Por isso, no próximo tópico falarei sobre o corpo como primeiro território a ser defendido. Para isso, através da metodologia de cartografia social construímos com um grupo de mulheres recuperadoras uma iconografia do corpo-terra-território. Entendo que nossas emoções estão relacionadas com as experiências que tivemos e com os lugares onde transitamos. O vínculo com terra, as memórias de dor, de medo e angústia ao sofrerem ameaças sexuais, agressões psicológicas e físicas por parte dos sikuas (gente branca) no contexto de disputa territorial se expressam no corpo, seja por meio das

emoções ou questões de saúde-doença. A seguir apresento a sistematização da oficina realizada com um grupo de recuperadoras em fevereiro de 2018.

Defendendo o território-corpo-terra: Oficina com mulheres indígenas de Salitre

Segundo a cosmovisão bribri o corpo feminino está completamente relacionado com a terra. Para os bribris a terra é uma menina chamada *Iriria*: “ A terra veio como uma menina debaixo da superfície, era pura pedra, e a menina morreu sobre a pedra. De seu sangue derramado sobre a pedra se fez terra para a semente (...) depois de morta a menina terra, então, as pessoas, as plantas e os animais cresceram sobre ela” (BOZZOLI, 2016). *Iriria* é a menina se que converteu em terra e sobre ela cresceram os bribris que são como sementes, sementes que se reproduzem. Há diferentes narrativas míticas sobre como seria *Iriria*, algumas falam que seria como uma humana, outras como um ser metade onça e a outra metade humana. Sobre a criação da terra os bribris contam que: “ Para criar a terra Sibö fez uma festa ao som de tambores e de cânticos na qual todos os presentes dançaram. A irmã de Sibö ou a avó deixaram cair a menina e os dançarinos a esmagaram. Do seu corpo, ou de seus ossos, ou de seu sangue, ou de seus excrementos, segundo diferentes versões, é que surgiram os solos e os outros aspectos da superfície terrestre (BOZZOLI, 2016). Observo que a concepção de que a terra é formada do corpo de uma menina traça uma relação direta entre o corpo feminino e a terra, para os bribris.

A menina que foi esmagada para se converter em terra agora está sendo destruída, violentada, esmagada por agentes externos. Durante os anos oitenta e noventa, a tentativa de exploração do petróleo e já em 1910 a monocultura de banana pela companhia United Fruit Company (UFCo) podem ser exemplos de tais agentes destruidores da menina-terra (*Iriria*). Nesse sentido, a exploração de bens da natureza para os bribris é interpretada como violação da menina, do corpo feminino e da terra.

O vínculo entre corpo-terra-território é acionado pelas feministas comunitárias ao afirmarem que o primeiro território a ser defendido é o nosso corpo. O corpo é um espaço em disputa e também está em conflito. É no corpo que as mulheres indígenas vivem múltiplas opressões e também é no próprio corpo que construímos processos emancipatórios e de resistência diante dos sistemas opressores (CABNAL, 2016).

Os estudos feministas explicam que o corpo é uma construção dos discursos e das atuações públicas que se produzem em distintas escalas espaciais. Estudar o corpo para compreender o espaço e/ou o território. O espaço/território reflete nas relações sociais

que passam pelos corpos. De acordo McDowell (1999) a origem da opressão sobre os corpos femininos se deu durante o capitalismo industrial afirmação desta da qual discordo. Meu entendimento dialoga mais com Lorena Cabnal (2016) que afirma que a origem da dominação masculina sobre os corpos das mulheres indígenas na América Latina está marcada pelo patriarcado originário, fato histórico anterior a colonização, mas que se agravou a partir dela.

A terra e os corpos das mulheres indígenas eram vistos como propriedades dos colonizadores. Existe uma herança da violência, as mulheres indígenas carregam em seus corpos uma memória de um passado colonial, patriarcal e racista. Guerras, genocídios, feminicídios entre outras violências, estão sendo constantemente executadas contra os corpos de mulheres indígenas, afrodescendentes ou mulheres racializadas que lutam para defender seus territórios, isso constitui um *feminicídio territorial como foi o caso de Berta Carceres*, indígena liderança do Conselho de Organizações Populares e Indígenas de Honduras (COPINH) assassinada em sua casa por opositores, e diante dele, é necessária proteger, cuidar, garantir a segurança de seus corpos como primeiro território a ser defendido (CABNAL, 2016).

No território de Salitre as mulheres estão pondo seus corpos na linha de frente para defender a terra e o território e por isso a importância de cuidá-lo, de cuidar coletivamente das emoções: “*sanando tú, sana yo*” é uma expressão sentida e pensada por Lorena Cabnal. Carolina, da comunidade de Rio Azul também afirma sobre a importância de cuidar do corpo: “volto e digo algo mais positivo, neste caso, sobre defender o território, que é meu corpo mesmo. Se eu não me defendo como vou defender o que seria o social? Primeiro devo defender meu corpo como território. Devo me senti valorizada, porque se não faço, ninguém vai fazer, só assim vou ter suficiente ânimo para defender minha família e descendência (Carolina, 2017, Rio Azul, tradução própria). O discurso de Carolina articula cuidado e defesa do corpo com sendo parte da defesa do território, reforça assim o empoderamento das mulheres que estão participando ou participaram das recuperações territoriais, não só defender a terra, mas também defender seus corpos.

Neste sentido, entendo que os corpos das mulheres indígenas de Salitre foram historicamente marginalizados pelo sistema patriarcal, misógino, racista e classista. Seus corpos foram considerados como descartáveis e foram superexplorados. Entretanto, as mulheres estão organizadas não apenas para recuperar ou retomar as terras, senão também

para levantar a voz e dizer “ já basta”, despertando assim a consciência política de outras mulheres e fortalecendo a luta pelos direitos territoriais a nível local e centro-americano. Por isso durante o trabalho de campo, já nos momentos finais senti a necessidade de organizar uma oficina com essa temática “ meu corpo, meu território” e junto com a Organização de Mulheres Sâ Alokölpa Iriia Ditsöwö formada por mulheres recuperadoras que decidimos fazer essa atividade. A oficina teve um caráter introdutória, de aproximação ao tema e as experiências das mulheres participantes de forma que relacionasse corpo e território, a referência que utilizei para realizar a atividade foi da cartilha “ Mapeando o corpo-território: guia metodológica para mulheres que defendem seus territórios (2017) elaborada pelo coletivo Miradas Críticas do Território desde o Feminismo (CRUZ, ET AL, 2017).

A oficina aconteceu dia 9 de fevereiro de 2019, estiveram presentes quatro mulheres e duas crianças, com duração de aproximadamente três horas, de 9h da manhã até meio dia. Construimos uma cartografia corporal, cada participante ajudou em um desenho comum do corpo a evidenciar quais eram as agressões, sentimentos, dores ou alegrias que tinham vivido e com quais partes do corpo estavam relacionadas. Por exemplo, uma delas falou: “ quando eu estou muito preocupada sinto dores nas costas e me dói muito a cabeça. Antes de iniciar a descrição dos principais elementos que surgiram no processo criativo, destaco, que a oficina realizada consistiu em um momento introdutório, onde a técnica de cartografia corporal nos ajudou, mas não foi amplamente desenvolvida. Essa é uma técnica mais ampla que pode gerar resultados ainda mais complexos e profundos e que pode ser discutido e utilizado por diferentes disciplinas.

A cartografia corporal busca localizar, através de desenhos, como vivem e como sentem em seus corpos as violências praticadas contra seus territórios. Tem por objetivo criar, reinventar, dialogar, gerar empatia, reconhecer os vínculos entre a corporalidade e as lutas pelos territórios expressando as emoções de forma coletiva criando narrativas de esperança entre as mulheres indígenas da América Central e da América do Sul.

Voltando a explicar sobre a oficina, as perguntas provocadoras foram: Como vocês representariam seu corpo de uma forma coletiva? Em que parte do corpo vocês localizam suas emoções? De que forma essas emoções afetam nosso corpo? Qual relação existe entre dor e emoção? Onde localizam as emoções positivas e as negativas? Esses questionamentos foram sendo conversado de forma a princípio tímida, mas depois elas começaram a se abrir mais e inclusive muitas vezes preferiam fala em bribri sobre seus sentimentos. Eu não entendia o idioma, apenas algumas poucas palavras, mas o objetivo

era que elas compartilhassem entre si e eu estava ali apenas para facilitar o processo quando fosse necessário.

Logo em seguida, elas desenharam um só corpo que representasse a todas, já que era um grupo pequeno não se adotou a estratégia de representação individual. Nesse desenho elas decidiram usar o verde para representar o medo, o azul, a preocupação; vermelho, o amor; laranja, a alegria e de cor marrom, a opressão.

De forma geral, as mulheres participantes falaram que sentiam dores de cabeça, dores nas mãos ou nas costas quanto estavam preocupadas, angustiadas e quando se sentiam oprimidas. O medo foi o sentimento mais comentado e que tinha relação direta com o processo de recuperação territorial, suas narrativas sobre o constante medo das ameaças, medo da morte, de serem violentadas sexualmente eram pensamentos que diariamente as atormentavam. Muitas falaram que tinham medo de morrer não por elas, mas para não deixarem seus filhos sozinhos. Ainda sobre o medo também foi comentado o tema da solidão vivida por mulheres indígenas, o medo de ficar só. Com exposto na figura 1:

Figura 1: Representação da relação entre corpo e emoções



Fonte: BRANCO, 2019, p. 210.

A solidão das mulheres indígenas estaria aqui conectada com o processo de recuperação territorial, já que muitas delas mesmo sendo casadas e tendo filhos passam boa parte do tempo sozinhas em casa, enquanto seus filhos e maridos estavam trabalhando

na agricultura e seus filhos menores estavam na escola. Ao mesmo tempo, como as recuperações sofrem ataques constantemente as mulheres precisam ficar em casa para evitar ataques inesperados por parte dos fazendeiros inclusive, durante meu trabalho de campo uma das tendas/ *ranchos* foi queimada na comunidade de Rio Azul. As agressões sofridas durante os processos de recuperação de terras também contribuíram para que o medo estivesse ainda mais presente no cotidiano das mulheres. Em suas narrativas se entrecruzam o medo com a solidão por um lado, e por outros sentimentos mais positivos, como a resistência e a convicção de que as recuperar é um direito ao qual podem e devem acionar.

Outro tema constante em suas narrativas era sobre o cuidado e o amor pelos filhos e filhas. Argumentavam que decidiram participar das recuperações de terra com a finalidade de deixar uma herança, uma terra para garantir o futuro de seus filhos, filhas, netos e netas. Retomar as terras era também mitigar ou diminuir o processo migratório da juventude que geralmente se deslocam para as cidades em busca de trabalho e de melhores condições de vida.

Por fim, esta oficina foi um breve registro sobre a memória gravada no corpo de cada uma das participantes e que se relaciona com a defesa do território-terra. Falar, desenhar, conversar traz a possibilidade de cura das dores pensando a partir da construção de espaços de acompanhamento e de aprendizado coletivo. Nas palavras de Lorena Cabnal (2011) as mulheres indígenas compartilham suas histórias, desde o que lhes contavam suas avós até o que estão vivendo agora, tais histórias marcaram suas vidas e geraram sentimentos, comportamentos e atitudes dentro das diferentes culturas indígenas, por isso, recriar de forma gráfica e por meio da oralmente esses sentimentos permite dividir as dores e curar as cicatrizes entre elas, entre nós.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho procurei apresentar de forma resumida os principais elementos que caracterizaram a participação política das mulheres indígenas de Salitre (2010-2019) nos processos de luta pela terra ou de recuperação de territórios, trazendo especificamente as comunidades de Cebror, Rio Azul e Puente. Trouxe um pouco do contexto sócio histórico da Zona Sul na Costa Rica para que o leitor/leitora entendesse que o conflito de terras não é um fato recente e isolado, mas que é resultado de uma política de total descaso estatal no que se refere a defesa de direitos dos povos indígenas.

Tais mulheres decidiram participar da luta territorial por entender a necessidade histórica de seu povo, assim como, suas próprias necessidades e de seus descendentes: o direito à herança e o acesso à terra/território. O acesso à terra recuperada proporcionou um tipo de autonomia territorial e tem melhorado a segurança alimentar de algumas famílias recuperadoras, já que agora têm terra para plantar e produzir a nível de subsistência. Além disso, ser recuperadoras contribui com o empoderamento das mulheres aumentando sua autonomia e sua capacidade de decidir sobre seus destinos como sujeitas sociais.

Também busquei destacar a importância da matrilinearidade e a cosmovisão bribri não apenas em termos organizacionais ou culturais, mas também em termos políticos. Na mitologia bribri a terra foi criada a partir do corpo da menina *Iriria*, quer dizer, um corpo feminino, esta cosmovisão permite estabelecer um vínculo entre o corpo feminino e a terra. E a matrilinearidade coloca uma importância política nas mulheres já que elas são as responsáveis pela transmissão da cultura e da terra. Sem mãe, sem mulher bribri, não há terra.

Bibliografía

AGUIRRE, I.P. Participación política y social de mujeres indígenas: El caso de una lideresa tradicional. *Revista Nueva Época*, 10(27), 2003.

ALVARADO, A. *Territorio en conflicto. Las relaciones del Estado-Pueblos Indígenas desde los procesos de lucha por la tierra en el territorio indígena de Salitre (2010- 2016)* (Tesis de Maestría en Sociología). Universidad de Costa Rica, San José, Costa Rica, 2017.

BOZA, A. La población indígena de la Gran Talamanca: Tamaño y ubicación. Costa Rica, 1840-1927. *Revista Historia*, 51-52(enero-diciembre), 9-78, 2005.

BOZZOLI, M.E. La frontera de la frontera: sociedad indígena costarricense, 1800-1830. *Cuadernos de Antropología*, 26(2), 2016.

BOZZOLI, M. *Conferencia Sobre la cosmogonía talamanqueña*, San Ramón, Costa Rica, 23 de agosto de 2016.

BRANCO, L. *Las mujeres como recuperadoras del territorio en Salitre- Costa Rica*. (Dissertação de mestrado em antropologia). Universidade de Costa Rica, São José, Costa Rica, 2019.

CABNAL, L. Relato de las violencias. Seminario Internacional “Los velos de la violencia: reflexiones y experiencias étnicas y género en Chile y Latinoamérica”, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Chile, 2011.

- CABNAL, L. *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. ACSUR-Las Segovias, 2011.
- CRUZ, D. T., Vázquez, E., Ruales, G., Bayón, M., y García-Torres, M. *Mapeando el cuerpo-territorio. Guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios*. Ecuador: CLACSO: Cuerpos, territorios y feminismos, 2017.
- GÓMEZ, M. D. (2017). Presentación del debate: Mujeres indígenas y feminismos: encuentros, tensiones y posicionamientos. *Corpus [On line]*, 7(1), 2017.
- GUEVARA, M., ROMAGOSA, I. Tenencia de la tierra y marginación en la comunidad indígena de Cabagra. *Vínculos, Revista de Antropología del Museo Nacional de Costa Rica*. 14(1-2), 1988.
- GUEVARA, M., y CHÁCON. R. *Territorios indios en Costa Rica: orígenes, situación actual y perspectivas*. San José: García Hnos, 1992.
- GUEVARA, M., y VARGAS, J. *Perfil de los pueblos indígenas en Costa Rica. Informe Final*, 2000. Disponible em: (<http://pueblosindigenas.odd.ucr.ac.cr/images/documentos/pdf/Perfil%20de%20pueblos%20indigenas%20en%20Costa%20Rica.pdf>). Acceso em: 17 de fevereiro de 2018.
- GUEVARA. M. *Mitología y cosmovisión en Talamanca: Una interpretación dialéctica de la tradición oral indígena*. *Cuadernos de Antropología*, Vol 7, 1988.
- INEC. Instituto Nacional de Estadística y Censos. *X Censo Nacional de Población y VI de Vivienda 2011 Territorios indígenas principales indicadores demográficos y socioeconómicos*. San José, Costa Rica: INEC, 2011.
- IDA. *La tenencia de la tierra en reservas indígenas*. Costa Rica: Instituto de Desarrollo Agrario, 1987.
- PÉREZ, L.C. Participación política de mujeres indígenas en tiempos de la revolución ciudadana. *Revista Alteridades*, 55, 2018.
- POUTIGNAT, P. STREIFF-FERNAT, J. *Teorias da etnicidad seguido de grupos étnicos e sus fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo, Brasil: Editora UNESP, 1998.
- ROJAS, D. C. *Dilema e identidad del pueblo bribri*. San José, Costa Rica: Editorial UCR, 2009.
- SANTANA, S.S. *O papel das mulheres na definição e demarcação das terras indígenas dos Tupinambá de Olivença- Bahia* (Tese de doutorado defendida em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo- SP, Brasil, 2015.
- SOLÓRZANO, J.C. *Los indígenas en la frontera de la colonización. Costa Rica 1502-1930*. San José, Costa Rica: EUNED, 2013.
- ZUÑIGA, X., GUTIÉRREZ, J., MOYA, C., DELGADO, M., y SIVAS, P. *El territorio de Salitre: derecho, memoria y violencia, 2010-2017*. San José, Costa Rica: Centro de Investigación en Cultura y Desarrollo, UNED, 2018.

